

ALEX JUNIOR SILVEIRA DE MORAIS

Concluinte do Curso de Graduação em Ciências Contábeis
pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

**COMPONENTES DAS RECEITAS E A CONDIÇÃO FINANCEIRA
GOVERNAMENTAL: ANÁLISE NAS CAPITAIS BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso

Tipo: Artigo Científico

Objetivo: Obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Área de Concentração: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Orientador: Prof. Me. Ronaldo José Rêgo de Araújo

Localidade: Sousa/PB

Ano de depósito/defesa: 2018

COMPONENTES DAS RECEITAS E A CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL: ANÁLISE NAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Resumo: A importância do diagnóstico a respeito da saúde financeira dos governos municipais é algo extremamente importante, principalmente quando se trata da crise a qual as finanças públicas vêm sofrendo nos últimos anos. Esta pesquisa teve como modelagem o método que visa analisar 10 pontos para chegar à condição financeira governamental, proposto por Brown (1993), além de verificar e identificar como os municípios estão administrando suas receitas e suas fontes, analisando sua diversificação, e quanto a elasticidade quando relacionadas com as variações econômicas. De acordo com o modelo econométrico apresentado, onde mostra as correlações, é possível verificar que as variáveis usadas na pesquisa, como diversificação e elasticidade apresentam alterações na pontuação da condição financeira governamental, se tornando dois fatores que desencadeiam mudanças significativas no planejamento da administração pública. Capitais localizadas nas regiões sul e sudeste demonstraram mais independência no quesito arrecadação, possuindo maior solidez nas receitas próprias e melhor diversidade no recolhimento dos tributos.

Palavras Chave: Condição financeira governamental; diversificação; elasticidade; Modelo de Brown.

1 INTRODUÇÃO

Conforme Marieli Bittencourt e Eduardo Mauch Palmeira (2017) pode-se definir Condição financeira como um conjunto de atividades administrativas que envolvem as bases da administração, planejamento, análise e controle. Entre as funções da atividade, estão à integração das ações de obtenção, operação e controle dos recursos financeiros; determinação das necessidades dos recursos financeiros; planejamento; captação de recursos externos de forma eficiente (em relação aos custos, prazos, condições fiscais e demais condições); e aplicação e equilíbrio adequados na perspectiva da eficiência.

É nessa perspectiva que as capitais brasileiras, que por possuírem maior número de contribuintes, tem uma economia mais fortalecida e conseqüentemente terá um nível maior de arrecadação em comparação com as demais cidades, assim, é importante o estudo sobre a análise do comportamento das receitas nas capitais, no que diz respeito à diversificação e elasticidade, frente à condição financeira governamental de cada uma.

Os déficits são resultados de dispêndios maiores que as receitas obtidas e habitualmente falando, quer dizer que após o pagamento das despesas houve um saldo final negativo. Um quadro comumente observado na união, estados e municípios, tem sido o aumento das despesas (ALVARENGA e TREVIZAN, 2015).

O gasto público tem aumentado de maneira contínua, onde o crescimento das despesas tem sido muito superior ao da renda nacional, e apesar de não ter havido mudanças significativas, a maior parte desse gasto tem sido explicado pelo maior investimento em educação e previdência social. É importante observar que a taxa de sobrevivência tem sido maior para a população idosa, enquanto que os jovens e adultos que estão ativamente contribuindo para a receita com previdência, por exemplo, tem sido menor em relação há 10 anos. Outro fator que ajudou a desencadear maior dispêndio tem sido o desemprego, o que fez com que as despesas com políticas sociais tivessem grande aumento, e quanto a isso não houve controle muito menos gestão (ALMEIDA JR, BARROS LISBOA e PESSOA, 2015).

Segundo levantamento do jornal Folha de São Paulo publicado em 2016, dos 50 maiores municípios do país, 38 registraram baixa na arrecadação de impostos, os dados obtidos foram do período que compreende janeiro a outubro dos anos de 2014 e 2015, e apontaram uma queda de 66,8 para 64,10 bilhões respectivamente, em percentual, isso corresponde a 4% a menos. Os *déficits* na arrecadação de impostos como ISS, ICMS ocasionado pela crise econômica, por exemplo, foram os principais agravantes, seguido do menor valor de repasse provindos da União.

Para Oliveira (2017) É importante ressaltar que grande parte dos municípios brasileiros depende quase que unicamente das receitas provindas da união e estados, porém os valores repassados aos municípios, do tão conhecido Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tem sido menor, desencadeado por diversos fatores, como queda da arrecadação na União e nos Estados, seguida pela crise econômica. A considerar que os repasses tem como principal fonte de recursos os impostos arrecadados, e que a maior parte dos valores se encontram nos grandes centros urbanos onde a economia é mais forte, é importante também destacar que boa parte da arrecadação fica para essas cidades.

Segundo o mesmo autor: Visto que o principal problema está nas receitas, e que é muito importante arrecadar, é de grande valia fazer com que haja diversificação no modo como acontece a arrecadação em municípios onde a receita tem como principal fonte a transferência de recursos e os gestores não estejam apenas dependentes de fundos transferidos da união. Cidades pequenas podem ser fortalecidas economicamente falando, fazendo com que os negócios fluam, sejam atividades voltadas ao comércio, serviços ou indústria, o importante é fazer com que seja interessante para que essas empresas sintam interesse em investir.

As receitas governamentais são importantes para manutenção do serviço público, e é fato que quando isso é frustrado, o sistema público, as vias de funcionamento e demais

relacionados a situações benéficas que servem de retorno para a população não funcionam de maneira correta, sendo necessárias ações que possibilitem a melhoria ou solução do problema relacionado à arrecadação, principalmente.

Diante dessas considerações, surge a seguinte problemática: **O comportamento das receitas nas capitais brasileiras no que diz respeito à diversificação e elasticidade frente à condição financeira governamental?**

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Condição Financeira Governamental

Scarpin e Slomski (2007) enfatizam que se os gastos públicos e, por consequência a receita pública, afetam o desenvolvimento de um município, é função da controladoria municipal a elaboração de sistemas de informação para acompanhamento da receita e dos gastos municipais.

Lima Júnior. (2007) caracteriza que a administração pública brasileira passa por grandes desafios, pois começa a utilizar as informações para melhorar seu gerenciamento, deixando de priorizar apenas as exigências legais. Muitas são as ações desenvolvidas pelos entes públicos, porém são avaliadas, em sua grande maioria, conforme a legislação, deixando de lado a avaliação gerencial, como por exemplo, o crescimento do município e, conseqüentemente, a capacidade de geração de receitas.

A condição financeira governamental é basicamente compreendida como a capacidade do governo poder fornecer os serviços atuais e os futuros, por meio dos seus ativos analisados, fluxos de caixa e patrimônio. É importante ressaltar que a forma como os governos atendem suas obrigações é de grande valia para avaliação de sua condição financeira. (Wang *et al* 2007).

No regime federativo, a distribuição de receitas entre as esferas de governo deveria ocorrer com o propósito de evitar a existência de desigualdades inter e intra-regionais, através da definição adequada das competências fiscais, das compensações tributárias e das formas de cooperação entre os entes federados. Para tanto, a formalização e a especificação das relações entre esses governos podem acontecer através da utilização de constituições e/ou convenções, acordos e outros instrumentos de coordenação que demarquem o formato dessas interações.

A análise financeira é de grande importância, pois ajuda a verificar se a entidade governamental possui disponibilidades para arcar com os dispêndios de determinada localidade, e assim formalizar suas necessidades principais sem que precise abrir mão de despesas que são essenciais, sejam elas, saúde, educação, lazer, etc. (LIMA e DINIZ, 2016).

Segundo Miller (2001) a condição financeira governamental está totalmente interligada com as obrigações que o governo possui e como estão sendo sanadas em consonância com as disponibilidades existentes para esses tipos de despesas. Sendo assim, ao conseguir o equilíbrio financeiro, o governo pode manter seus serviços fazendo que possam superar todas as expectativas quanto aos gastos e demais tempestividades acometidas por crise econômica, por exemplo.

As pesquisas relacionadas à condição financeira governamental são muito importantes, pois ajudam a população em geral a se manterem informados acerca da situação econômica das entidades públicas, funcionando como controle externo para que possam manter funcionando corretamente os serviços essenciais para a sociedade.

A análise dos indicadores contábeis e financeiros para avaliação de desempenho, geralmente, é realizada de forma individual e sequencial, ou seja, as análises são realizadas com base em comparações, por exemplo, dos indicadores de liquidez, em que se busca verificar quais são os melhores municípios com base em um padrão médio de liquidez, depois disso, uma nova análise é feita para indicadores de rentabilidade e também para os indicadores de grau de alavancagem, endividamento, estrutura de capital. Esse tipo de avaliação sequencial e individualizada não permite avaliar a influência de alguns indicadores sobre os demais, além de depender de critérios subjetivos para identificar quais indicadores são mais relevantes. (BEZERRA; CORRAR, 2006)

2.2 Elasticidade e Diversificação das Receitas Governamentais

A diversificação de receitas é um método que visa a eficiência quando relacionadas às atividades que ela pode abranger, sejam nos setores públicos quanto nos privados. A melhoria na prestação de serviços ou até mesmo mudanças administrativas são alguns dos métodos adotados para que se possa diversificar (VIEIRA; GIRÃO, 2016).

Dentro do aspecto governamental, identificar o nível de diversidade de receitas do ente governamental, identificando a participação dos variados tipos de impostos e taxas de sua competência pode ser um caminho para indicar se a gestão apresenta potencialidade administrativa e/ou da prestação de serviços públicos (LIMA; DINIZ, 2016).

Assim, Brown (1993,1996) propôs uma medida de diversificação da receita pública, conforme demonstrada na Equação 01.

$$Diver_{x,y} = \frac{X_{it}}{Y_t} \quad \text{Equação 01}$$

Em que:

- X_{it} corresponde a cada um dos tributos municipais arrecadados pelo município i no ano t ;
- Y_{it} corresponde ao total das receitas correntes arrecadadas pelo município i no ano t ;

É fato que a crise econômica intensificou a queda na arrecadação dos entes públicos. Muitas empresas fecharam, mais pessoas ficaram desempregadas e conseqüentemente os setores apresentaram quedas significativas. O resultado disso tudo, foram os *déficits* apresentados pelo setor público nos últimos anos.

Soluções para amenizar ou até mesmo driblar a situação tem se mostrado como diversificar as receitas. Mudar a forma como se arrecada e trabalhar no modo como está se intensificando e aprimorando a comodidade para contribuintes, agilizar processos, melhorar atendimento em órgãos públicos que tratam diretamente da arrecadação, desburocratizar os trâmites para novos imóveis, investir em tecnologias que visam melhorar e integrar dados em diversas áreas são alguns dos modos como se pode diversificar as receitas governamentais e assim poder melhorar quadros deficitários e que causam problemas nos setores econômicos dos governos (TOSTES, 2015).

Conforme o artigo *Elasticity and Pricing* (2015), a elasticidade das receitas governamentais serve principalmente para ajudar no controle da arrecadação de impostos. No caso de aumento de alíquotas, por exemplo, a carga recai sobre os consumidores ou até mesmo produtores. Quando relacionados às receitas governamentais, tanto consumidores quanto produtores possuem vínculo importante nos totais arrecadados. De modo geral a elasticidade serve para medir a reação quando há mudança em qualquer variável econômica, seja ela no setor privado ou público, e no caso onde há diversificação de receitas não é diferente, pois existe a variação em um dos eixos onde será feito o trabalho de mudança para que haja obtenção de resultados positivos, gerando um aumento de valores arrecadados.

Abaixo a equação geral para encontrar a elasticidade, e que pode ser adaptada em caso de mudança da forma de cobrança de impostos, ou aumento de arrecadação com intuito de analisar índices econômicos.

$$Elast_{x,y} = \frac{\text{var. percentual em } x \frac{x_1 - x_0}{x_0}}{\text{var. percentual em } y \frac{y_1 - y_0}{y}} = \frac{\frac{\Delta x}{x_0}}{\frac{\Delta y}{y_0}} \quad \text{Equação 02}$$

Em que:

- X corresponde ao montante de receita arrecadada durante o exercício;
- Y corresponde ao indicador econômico utilizado, que no caso desta pesquisa será o Produto Interno Bruto Municipal (PIBM).

2.3 Estudos Anteriores

Foram realizadas pesquisas no intuito de fazer um breve levantamento dos trabalhos nos quais analisaram principalmente a condição financeira governamental e sua relação com as receitas e despesas públicas. Com isso, apresenta-se o Quadro 1.

Quadro 1 Trabalhos Anteriores que discutiram as receitas e a condição financeira governamental

| Autores/Ano | Objetivo do Trabalho | Principais Resultados |
|--|--|---|
| EMILY ALYNE ROBERTO DA SILVA. 2017 | O trabalho teve como objetivo principal verificar a condição financeira das capitais brasileiras e fazer relação com sua capacidade tributária. | Equilíbrio de gestão a partir das LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal); Melhor prestação de serviços à população pela readequação condicionada pelo cenário da economia atual. |
| Antonio Roberto de Castro Filho Francisca Ramília Rafael da Silva Douglas Willyam Rodrigues Gomes Oderlene Vieira de Oliveira. 2017 | O objetivo principal do trabalho foi analisar as finanças do governo municipal do Quixadá ao saber que após a autonomia fiscal houve maior responsabilidade de prestação de serviços e analisar a receita operacional por meio de indicadores financeiros. | Foi verificada uma melhoria no que diz respeito à arrecadação de receitas tributárias e transferências constitucionais, mas relacionando os valores com os indicadores, o município abordado tem muita dependência dos repasses provindos da união. |
| Cleomar Gomes da Silva; Sérgio Jurandyr Machado, Denílson Torcate Lopes; André Marques Rebelo. 2010 | O objetivo do trabalho foi verificar a relação entre arrecadação e gastos públicos e identificar se os dispêndios são responsáveis por aumentos na arrecadação, ou o inverso. | Os resultados foram obtidos através de índices econômicos e mostram que o governo se caracteriza pelo gasto e arrecadação, onde as despesas acabam se responsabilizando por mudanças significativas na |

| | | |
|--|--|------------------------------------|
| | | arrecadação das receitas públicas. |
|--|--|------------------------------------|

Fonte: Elaborado pelo Autor (2018).

Como visto acima, os trabalhos identificados não trabalharam a relação da Condição Financeira Governamental com os componentes de receita propostos nesta pesquisa, motivo pelo qual se busca identificar a relação ora levantada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Universo, amostra e período de Análise

O universo da pesquisa corresponde às 27 capitais distribuídos entre as 27 unidades federativas. Levando em consideração a representatividade econômica e governamental no contexto nacional, serão utilizados como amostra para esta pesquisa as capitais federativas dos estados brasileiros. Assim, a amostra partiu das 27 capitais representantes das unidades federativas, porém por falta de informações no SICONFI a cidade de Brasília foi excluída. Com isso a amostra utilizada foi de 26 unidades durante o período de 3 anos.

A análise se dará no período que compreende entre os exercícios 2013 a 2015. O motivo da escolha do período em questão se dá pelo motivo de comparabilidade das receitas durante a crise econômica e pelo fato de os dados disponibilizados como PIB por cidade estarem disponíveis até o ano de 2015.

3.2 Coletas de dados

Os dados coletados foram obtidos pelo portal do Tesouro Nacional (SICONFI) e pelo portal do IBGE para calcular os indicadores da condição financeira governamental, diversificação e elasticidade.

3.3 Operacionalizações das Variáveis de Pesquisa

A representatividade das variáveis é algo extremamente importante, pois revelam muitos aspectos. Sua operacionalização é extremamente necessária para que haja predisposição de dados corretos tanto na interpretação quanto na coleta de dados.

As variáveis que contribuirão para solidez na pesquisa se classificam em dois campos que ajudam a encontrar tanto o quanto às receitas que correspondem às variações econômicas, quanto como o governo reage em meio a essas mudanças em relação aos impostos arrecadados.

Assim, esta pesquisa parte do pressuposto que a Condição Financeira Governamental dos municípios brasileiros é influenciada diretamente pela diversificação e elasticidades das receitas tributárias municipais. O desenho do modelo a ser utilizado nesta pesquisa é apresentado na Equação 03.

$$CFG_{it} = Diver_{it} [IPTU, ISS, IBTI] + Elascit_{it} [IPTU, ISS, IBTI] + Control_i + \epsilon \quad \text{Equação 03}$$

Em que,

- CFG_{it} corresponde à Condição Financeira Governamental, calculada por meio do Modelo de Brow (1993), que corresponde ao conjunto de 10 indicadores que sugerem a condição financeira dos municípios i no período t .

- $Diver_{it}$ corresponde à Diversificação de cada um dos tributos municipais (IPTU, ISS e ITBI) calculado conforme Equação 1, onde é feita a relação da porcentagem de cada um dos tributos colocados na amostra com a receita total arrecadada pelo município no ano;

- $Elast_{it}$ corresponde à Elasticidade das receitas municipais (Arrecadação e seu impacto com a variação do PIB) calculado conforme Equação 2; onde há a correlação existente entre a variação percentual em uma variável comparada com a outra, sendo que as variações entre os anos são calculadas conforme os valores de um ano relacionados com o ano anterior incluído no estudo.

O modelo usado para calcular a condição financeira utiliza 10 indicadores onde todos eles apresentam pesos em comum, calculados conforme quadro 2:

Quadro 2: Os Dez Indicadores do Modelo de Brown (1993)

| Indicador | | Resultado Esperado |
|---|---|---------------------|
| Descrição | Fórmula | |
| Renda per capita | $\frac{\text{Receita Total}}{\text{População}}$ | Quanto maior melhor |
| Representatividade da receita própria | $\frac{\text{Receita corrente total menos Transferências correntes}}{\text{Receita total}}$ | Quanto maior melhor |
| Participação das receitas de transferências | $\frac{\text{Receita de transferências correntes}}{\text{Receita total}}$ | Quanto menor melhor |
| Participação dos operacionais | $\frac{\text{Despesa corrente}}{\text{Despesa total}}$ | Quanto menor melhor |

| | | |
|---|---------------------------|---------------------|
| Cobertura de despesas | Receita corrente | Quanto maior melhor |
| | Despesa Total | |
| Recursos para cobertura de queda de arrecadação | Superávit financeiro | Quanto maior melhor |
| | Receita total | |
| Recursos para cobertura de obrigações de curto prazo | Disponibilidades | Quanto maior melhor |
| | Obrigações correntes | |
| Comprometimento das receitas correntes com as obrigações de curto prazo | Obrigações de curto prazo | Quanto menor melhor |
| | Receita corrente líquida | |
| Dívida per capita | Dívida consolidada | Quanto menor melhor |
| | População | |
| Comprometimento das receitas correntes com o endividamento | Dívida consolidada | Quanto menor melhor |
| | Receita corrente líquida | |

Fonte: Brown (1993).

Para que fosse possível a elaboração do modelo em questão foi necessário seguir os passos:

- Cálculo dos 10 indicadores para todos os municípios incluídos na amostra.
- Divisão de municípios por população.
- Para os indicadores calculados usa uma medida onde posiciona cada município em seu quartil, relacionado de 1 a 4.
- Atribuição de nota conforme o quartil ao qual está inserido, conforme quadro 3:

Quadro 3: Atribuição de Nota aos Municípios

| Score | Score | Score | Score |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| - 2 | - 1 | + 1 | + 2 |
| Indicadores do Quartil 1 | Indicadores do Quartil 2 | Indicadores do Quartil 3 | Indicadores do Quartil 4 |

Fonte: Brown (1993)

Foi estabelecido um método de divisão que compreende na separação dos municípios por habitantes, e assim foram organizados por grupos de 1 a 4. Cada grupo teve 10 índices calculados para obtenção da pontuação atribuída a cada município. A depender do resultado calculado de cada um dos índices um score era atribuído, conforme quadro 3.

Para avaliar a condição financeira de maneira eficaz, foi usado o método elaborado por Brown, que consiste no Score geral entre -5 e 10, onde os municípios que obterem 10 são considerados os melhores e os que obterem -5 são considerados os piores.

Variáveis econômicas e demográficas também influenciam na arrecadação e são classificadas principalmente entre a inflação, emprego, juros e quantidade populacional, que poderão ser utilizadas como variáveis de controle posteriormente.

4 RESULTADOS

4.1 Análises da Condição Financeira Governamental

Foram calculadas as estatísticas descritivas para todos os anos de acordo com o apresentado na metodologia, onde o modelo usado foi o de Brown (1993) para que pudesse mensurar a condição financeira governamental. A tabela 1 mostra as estatísticas descritivas para os anos de 2013, 2014 e 2015.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas da Condição Financeira Governamental

| ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS | 2013 | 2014 | 2015 |
|--------------------------|-------------|------------|-------------|
| Média | 0,0385 | 0,0000 | 0,2692 |
| Mediana | 0,5 | -0,5 | 0,5 |
| Moda | 2 | 8 | 7 |
| Desvio-padrão | 5,451464165 | 6,07289058 | 5,868953517 |
| Máximo | 13 | 10 | 10 |
| Mínimo | -8 | -13 | -9 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Conforme os dados estatísticos analisados, a média da pontuação da condição financeira de todos os municípios analisados ficou em 0,038, para o ano de 2013, porém, alguns municípios apresentaram pontuação mais alta em relação aos demais, apresentando assim resultados positivos, que são os casos de Natal, Porto Velho e Recife que apresentaram 13, 7 e 6 respectivamente, a pontuação mínima ficou em -8 e foi atribuída ao município de Macapá, seguido por Teresina, São Luiz e Goiânia que ficaram com -7 cada.

No ano de 2014 a média da pontuação ficou em 0, porém Recife, Porto Velho, Palmas e Salvador apresentaram melhor condição financeira quando relacionado aos demais, com 10, 8, 8 e 8 respectivamente, já os municípios de Goiânia e Boa Vista apresentaram as piores condições, com -13 e -10.

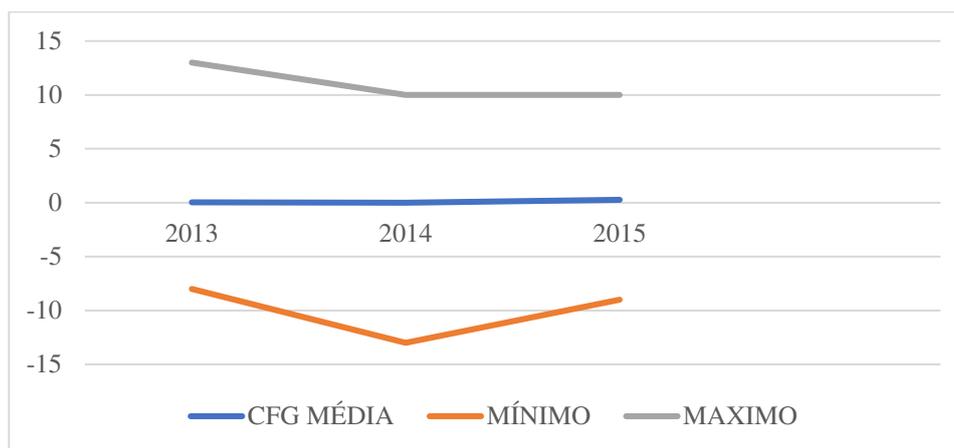
Em 2015, com média de 0,27, os municípios que lideraram foram Rio Branco e Vitória com 10 e 9, já o mínimo ficou para Goiânia e Macapá.

As regiões sul e sudeste apresentaram melhores condições financeiras quando relacionadas com as demais regiões. Seguindo a escala de avaliação de Brown, apresentada na metodologia, nos anos de 2013, 2014 e 2015 as cidades de Natal, Recife e Rio branco ficaram respectivamente entre as melhores avaliadas, enquanto que as piores foram Macapá e Goiânia.

Assim analisando todos os municípios pode-se concluir que a boa condição financeira governamental para os anos não depende de uma população volumosa, e sim por uma boa administração pública.

O Gráfico 1 demonstra a variação da condição financeira governamental média, mínima e máxima durante os anos.

Gráfico 1 – Variação da Condição Financeira Governamental



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

CFG corresponde à condição financeira governamental.

Foi notado melhoria na condição financeira de forma evolutiva para o município de Rio Branco, onde a CFG cresceu durante os anos analisados, recebendo assim, pontuação crescente: 2013 2 pontos; 2014 6 pontos e 2015 10 pontos. Os demais municípios apresentaram instabilidade nos resultados, sendo aumento e baixa nas pontuações durante os anos. Casos frequentes são observados em Porto Velho, Boa vista, Florianópolis, Recife e Salvador.

4.2 Análises descritivas totais

Conforme a tabela 2 apresentada a seguir, os dados estatísticos das variáveis durante todo o período estudado, são separados entre CFG – Condição Financeira Governamental, Diversificação dos tributos arrecadados: IPTU, ISS e ITBI e Elasticidade com relação ao PIB dos tributos mencionados.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas de todas as variáveis durante os anos

| Estatísticas | CFG | Diversificação | | | Elasticidade | | |
|---------------|--------|----------------|------|------|--------------|-------|-------|
| | | IPTU | ISS | ITBI | IPTU | ISS | ITBI |
| Média | 0,13 | 0,05 | 0,13 | 0,02 | 1,69 | 0,93 | -0,29 |
| Mediana | 0,00 | 0,05 | 0,12 | 0,02 | 1,36 | 1,45 | 1,01 |
| Desvio-padrão | 5,9145 | 0,03 | 0,04 | 0,01 | 13,39 | 6,20 | 3,80 |
| Máximo | 10,00 | 0,13 | 0,26 | 0,05 | 68,80 | 40,18 | 10,92 |

| | | | | | | | |
|--------|--------|------|------|----------|--------|--------|--------|
| Mínimo | -13,00 | 0,00 | 0,05 | 0,004513 | -53,70 | -10,71 | -16,09 |
|--------|--------|------|------|----------|--------|--------|--------|

Notas: CFG: Condição Financeira Governamental; DIVER: Diversificação EL: Elasticidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados extraídos de SICONFI e IBGE.

Os dados mostram que para a condição financeira governamental, a média de pontuação ficou em 0,13 para todos os municípios estudados e tem maior aproximação com os dados obtidos no ano de 2015, onde existiram melhores pontuações atribuídas quando comparada com os anos anteriores, porém algumas unidades apresentaram melhores condições financeiras em relação aos demais, havendo assim divergência nas pontuações médias. Já o desvio padrão mostra uma prevalência de uma pontuação para todos os municípios de uma condição financeira governamental na escala de avaliação da condição financeira proposta por Brown classificado como “Melhor que a maioria”, com 5,91.

As estatísticas dos tributos arrecadados durante os anos estudados apresentaram um maior nível de diversificação para o ISS entre os municípios, o que quer dizer que a maior parte da receita entre os demais tributos são de ISS, sendo um ponto positivo visto que diversificar significa estar mais próximo da independência e a arrecadação própria ajuda a não se ater apenas a transferências governamentais. O desvio padrão mostra que os municípios possuem pelo menos mais que 1% da predominância da arrecadação de ISS. Alguns municípios apresentam maior diversificação de ISS, São Paulo e Rio de Janeiro são os que mostraram maior arrecadação do tributo, o que já era esperado, dado o aquecimento econômico da localidade.

Seguido do ISS, o IPTU mostra ser diversificado apesar de as estatísticas mostrarem um desvio padrão relativamente baixo, significando que a maioria dos municípios permanece com as amostras sintonizadas entre si, e os valores variam dentro do padrão, sem altas divergências. Dados relacionados ao ITBI demonstram menor diversificação com relação aos demais, onde a arrecadação não é tão representativa e a receita composta por esse tributo não é tão significativa.

A variação dos tributos quando relacionadas às variações do PIB entre os anos mostram estatisticamente que em média a alteração econômica afeta diretamente a arrecadação nos municípios. A média da elasticidade para todos os dados informados mostra para o IPTU um valor de 1,69, onde segundo a média estatística demonstra que há uma dependência grande da estabilidade econômica para que seja mantido um nível de arrecadação desejável para este tributo.

A elasticidade do ISS mostra que assim como o IPTU, a alteração no produto interno bruto dos municípios pode vir a influenciar na arrecadação, pois segundo as estatísticas a média ficou 1,69, porém alguns municípios não possuem elasticidade alta para esses tributos, pois

mostram um valor mínimo de elasticidade medido com valor negativo, no geral há muita divergência entre os municípios.

O ITBI é o tributo menos dependente do PIB, segundo os dados estatísticos calculados, visto que em média ele apresenta -0,29, porém alguns municípios, assim como os demais, apresentaram elasticidade alta, como está apresentado o valor máximo, e há os que apresentam elasticidade muito baixa, como mostra o valor mínimo.

A tabela 3 demonstra as correlações entre as variáveis estudadas relativas à condição financeira governamental, diversificação de: IPTU, ISS e ITBI e elasticidade.

Tabela 3 – Correlações de Pearson e Spearman entre as Variáveis de Interesse relativas à condição financeira governamental, diversificação e elasticidade de IPTU, ISS e ITBI (Período de Análise: 2013 a 2015)

| Variável /Estatística | CFG | DIPTU | DISS | DITBI | EIPTU | EISS | EITBI | SSE |
|-----------------------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|-----------|
| CFG | | 0.0331 | 0.2240 | 0.1275 | 0.0451 | 0.1216 | 0.2022 | 0.0579 |
| DIPTU | -0.0040 | | 0.4744*** | 0.7330*** | 0.1060 | 0.0096 | 0.2435* | 0.5055*** |
| DISS | 0.2388* | 0.5053*** | | 0.4457*** | -0.0698 | -0.0800 | 0.0472 | 0.5084*** |
| DITBI | 0.0858 | 0.6483*** | 0.3730*** | | 0.1439 | 0.0712 | 0.2203 | 0.5778*** |
| EIPTU | -0.1059 | 0.2043 | -0.0435 | 0.2546* | | 0.0989 | 0.1585 | 0.0116 |
| EISS | 0.0519 | 0.1403 | -0.0013 | 0.1840 | 0.5023*** | | 0.1405 | 0.0289 |
| EITBI | 0.2555* | 0.2090 | 0.1197 | 0.2391* | 0.3534*** | 0.3166** | | 0.2629* |
| SSE | 0.0749 | 0.5331*** | 0.5855*** | 0.6024*** | 0.2045 | 0.1584 | 0.2849** | |

Notas: Os asteriscos indicam os níveis de significância estatística, sendo: * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,001$; *CFG* corresponde a condição financeira governamental; *DIPTU* corresponde diversificação do IPTU; *DISS* corresponde a diversificação do ISS; *DITBI* corresponde a diversificação do ITBI; *EIPTU* corresponde a elasticidade do IPTU; *EISS* corresponde a elasticidade do ISS; *EITBI* corresponde a elasticidade do ITBI; e SSE às correlações entre as variáveis do Sul e Sudeste.

Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

Conforme apresentado na tabela 3, é possível notar que a correlação entre a diversificação do ISS e Condição Financeira Governamental mostra um valor positivo, isso quer dizer que quanto mais a gestão consegue diversificar sua receita com o ISS, melhora a sua condição financeira governamental, durante o período estudado. Quanto a elasticidade do ITBI, é possível notar que a elasticidade no limite entre 0 e 1, ou seja, menos elástica, faz com que a condição financeira permaneça positiva.

As diversificações do ISS e ITBI demonstram total relação com a arrecadação de IPTU, onde quando os municípios têm maior independência de arrecadação desses dois tributos, há também maior diversificação de IPTU. A mesma relação ocorre quando existe diversificação

de ITBI e IPTU para a melhor percentual do ISS. De modo geral o sistema de arrecadação do município é bom, onde a maior arrecadação de um tributo tende a impulsionar o outro e assim, a amplificação do sistema de arrecadação faz com que todos os componentes da receita tributária se mantenham em níveis mais altos.

A correlação dos municípios localizados nas regiões sul e sudeste, identificadas na tabela pela sigla SSE, são os que mais possuem diversificações avaliadas, e dessa forma apresentam maior independência na arrecadação de tributos sendo mais bem avaliadas quanto suas receitas próprias, podendo assim ser consideradas melhores por estarem menos dependentes de transferências governamentais.

A tabela 4 apresenta a relação geral existente entre a condição financeira governamental e as variáveis propostas que foram avaliadas no estudo.

Tabela 4 – Estimativas do Modelo Econométrico proposto para a Condição Financeira Governamental e sua relação com a Diversificação e Elasticidade de IPTU, ISS e ITBI (Período de Análise: 2013 a 2015)

| CFG | Coefficiente | (p-value) | Teste T | Significância |
|-----------------------|--------------|-----------------|---------|-------------------|
| DIPTU | -39,4088 | (0.355) | -0.92 | |
| DISS | 49,4896 | (0.072) | 1.80 | * |
| DITBI | 56,5594 | (0.581) | 0.55 | |
| EIPTU | -0,0708 | (0.202) | -1.28 | |
| EISS | 0,0742 | (0.494) | 0.68 | |
| EITBI | 0,4140 | (0.005) | 2.78 | *** |
| SSE | -2,6219 | (0.427) | -0.79 | |
| Constate | -5,1036 | (0.157) | -1.41 | |
| R ² 0,3244 | | Teste F: 0,0396 | | VIF: 1,75 |
| Breusch-Pagan: 0,016 | | Hausman: 0,9564 | | Teste Chow: 0,000 |

Período de Análise: 2013 a 2015; **Quant. de Municípios da Amostra:** 26; **Quant. de Observações:**

Notas: Os asteriscos indicam os níveis de significância estatística, sendo: * p < 0,10; ** p < 0,05; *** p < 0,001; *CFG* corresponde a condição financeira governamental; *DIPTU* corresponde diversificação do IPTU; *DISS* corresponde a diversificação do ISS; *DITBI* corresponde a diversificação do ITBI; *EIPTU* corresponde a elasticidade do IPTU; *EISS* corresponde a elasticidade do ISS; *EITBI* corresponde a elasticidade do ITBI; e SSE às correlações entre as variáveis do Sul e Sudeste.

Fonte: Resultados da Pesquisa (2018).

A maior presença de ISS no orçamento municipal faz com que a condição financeira governamental seja bem pontuada, sugerindo assim que os gestores dos municípios possam estimular as bases econômicas para aprimorar a arrecadação do ISS.

A elasticidade do ITBI é um fator que vem a favorecer positivamente a gestão fiscal, fazendo com que quando as bases da economia estão aquecidas, há assim um impulsionamento da arrecadação do tributo em um grau mais satisfatório que os demais. É notório que a elasticidade do ITBI faz com que exista uma melhor condição financeira governamental, visto que quando esse tributo apresenta relação com as variáveis econômicas, ou seja, quando sua arrecadação aumenta devido à melhoria da economia por fatores econômicos como o PIB, também a condição financeira do município tende a ser mais bem pontuada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição financeira governamental é um dos temas que, ultimamente tem sido mais explorados, principalmente quando diz respeito ao interesse que a população possui em saber como anda a administração das receitas e despesas para custeio da máquina pública, além da informação útil para demais órgãos que buscam a leitura de perfis públicos para concessões e demais outros serviços de interesses mútuos.

Este estudo teve como principal objetivo o comportamento das receitas nas capitais brasileiras no que diz respeito à diversificação e elasticidade frente à condição financeira governamental

De acordo com o apresentado na metodologia, o trabalho baseou-se no método de Brown (1993) para mensurar a condição financeira governamental, e demonstrar seus níveis de gestão. Para alcançar a diversificação, utilizou-se também de Brown o método que mede a quantidade de certo tributo dentro do total das receitas arrecadadas dentro de certo período. A elasticidade foi obtida através do modelo econômico onde se obtém variações em determinada variável em função de outra a fim de determinar o quão elas estão interligadas e sofrem alterações.

Os resultados obtidos demonstram que mudanças nas bases econômicas quando se diz respeito a arrecadação pode fazer com que a condição financeira dos municípios apresente tendenciosamente uma melhoria, já que como mostrado nos resultados, a influência de tributos no que diz respeito a diversificação condicionam melhores condições nas finanças públicas.

Nos casos onde os municípios arrecadam muito ISS há forte correlação com o aumento da condição e a diversificação onde se torna um fator importante na formação de uma melhor pontuação para os municípios, pois isto os torna melhores quanto aos custeios das despesas que servem para manter o serviço à população.

É certo que a pesquisa oferece uma contribuição importante no que tange a área administrativa dos serviços públicos, por ajudar tanto a prestação de informações quanto na tomada de decisões, além de auxiliar trabalhos futuros que venham a abordar o tema a nível nacional.

Importante esclarecer que o estudo mesmo oferecendo bases construtivas e estando de acordo com padrões estabelecidos, deve ser fortalecida por mais pesquisas relativas a área e que utilizem outros modelos para conferir a condição financeira e demais variáveis.

Referências

- ALMEIDA, Mansueto. BARROS, Marcos. PESSOA, Samuel. O AJUSTE INEVITÁVEL – ou o país que ficou velho antes de se tornar desenvolvido. Disponível em <http://geesta.com.br/noticias/index.php/2015/07/23/o-ajuste-inevitavel-ou-o-pais-que-ficou-velho-antes-de-se-tornar-desenvolvido/> acesso em 08 de setembro de 2018.
- ALVARENGA, Darlan. TREVIZAN, Karina. 2015. Entenda: o que é déficit no orçamento. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/entenda-o-que-e-deficit-no-orcamento.html> acesso em 08 de setembro de 2018.
- BACHTOLD, Felipe. TERENCEZI, Gabriela. AMÂNCIO, Thiago. Crise derruba arrecadação de impostos e investimentos em prefeituras. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1725446-cri-se-derruba-arrecadacao-de-impostos-e-investimentos-de-prefeituras.shtml> acesso em 08 de setembro de 2018.
- BEZERRA, F. A.; CORRAR, L. J. Utilização da análise fatorial na identificação dos principais indicadores para avaliação do desempenho financeiro: uma aplicação nas empresas de seguros. Revista de Contabilidade e Finanças – USP. São Paulo, n. 42, p. 50-62, set./dez. 2006
- BITTENCOURT, Marieli. PALMEIRA, Eduardo. Gestão financeira. Artigo sobre gestão financeira e a importância da administração.
- BROWN, Ken W. The 10-point test of financial condition: Toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. *Government Finance Review*, v. 9, p. 21-21, 1993.
- CARNEIRO, Lucianne. BECK, Martha. Estudo mostra potencial de aumento de despesas públicas e gera debate sobre reformas necessárias. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/estudo-mostra-potencial-de-aumento-de-despesas-publicas-gera-debate-sobre-reformas-necessarias-17001361#ixzz5QZIdf8y7> acesso em 08 de setembro de 2018;
- ECONOMICS Openstax, Elasticity and Pricing. Disponível em: <https://legacy.cnx.org/content/m48618/latest/> acesso em 08 de setembro de 2018
- FILHO, Antônio Roberto de Castro. SILVA, Francisca Ramília Rafael. GOMES, Douglas Willyam Rodrigues. OLIVEIRA, Oderlane Vieira. ORÇAMENTO PÚBLICO: ANÁLISE FINANCEIRA GOVERNAMENTAL DE INDICADORES DA RECEITA OPERACIONAL EM UM MUNICÍPIO DO SERTÃO CENTRAL. Rev. Expressão Católica, Quixadá, 2017.

- GOMES, Cleomar. JURANDYR, Sérgio. TORCATE, Denilson. MARQUES, André. Receitas e gastos governamentais: uma análise de causalidade para o caso brasileiro. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502010000400001#nt acesso em 08 de setembro de 2018.
- LIMA JÚNIOR, R. Análise das demonstrações contábeis dos municípios do estado de Santa Catarina: uma aplicação da técnica estatística análise das componentes principais. 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.
- LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton Alves. *Contabilidade Pública e Análise Financeira Governamental*. Atlas: São Paulo, 2016.
- LIRA, Neila Karolina Mendes. MONTEIRO Augusto de Oliveira. FADU, Élvia Mirian Cavalcanti. A distribuição de receitas públicas nos municípios do estado da Bahia: uma análise crítica de sua equidade. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302013000300004. Acesso em 01 de novembro de 2018.
- Miller, Gerald. (2001). Fiscal Health in New Jersey's Largest Cities. Cornwall Center Publication Series. June 2001
- NOBRE, Carla Janaína Ferreira. A CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E SUA INFLUÊNCIA NA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. 2017. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – PPGCC da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
- OLIVEIRA, Carol. 2017. Por que 63% dos municípios fecharão o ano no vermelho. Disponível em <https://exame.abril.com.br/economia/por-que-63-dos-municipios-fecharao-o-ano-no-vermelho/> acesso em 08 de setembro de 2018.
- SCARPIN, J. E. & SLOMSKI, V. (2007). Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. Rev. Adm. Pública [online], vol.41, n.5, pp. 909-933. ISSN 0034-7612.
- SILVA, Cleomar Gomes. MACHADO, Sérgio Jurandy. LOPES, Denílson Tocarte. REBELO, André Marques. Receitas e gastos governamentais: Uma análise de causalidade para o caso brasileiro. Economia Aplicada, v. 14, n. 4, USP, 2010, pp. 265-275.
- SILVA, Emily Alyne Roberto. A CAPACIDADE TRIBUTÁRIA E SUA CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL DAS CAPITAIS BRASILEIRAS. 2017. Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- TOSTES, José Souto. Dez dicas para o aumento da arrecadação das prefeituras municipais. 2015. Disponível em: <https://soutotostes.jusbrasil.com.br/artigos/229661955/dez-dicas-para-o-aumento-da-arrecadacao-das-prefeituras-municipais>. Acesso em 23 de novembro de 2018.
- TROVO.ACADEMY. Economia 2018 – como ficam as 5 principais variáveis econômicas?. Disponível em: <https://trovoacademy.com/dinheiro/economia-2018/> acesso em 08 de setembro de 2018.

WANG, X., DENNIS, L., & Tu, Y. (2007). Measuring financial condition: A study of U. S. states. *Public Budgeting and Finance*. 27(2), 1-21.